GILBERTO MESTRINHO DE MEDEIROS RAPOSO

MENSAGEM

à

Assembléia Legislativa

Apresentada pelo Governador do Estado do Amazonas por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1959.

DIVISÃO DA IMPRENSA OFICIAL
MANAUS — AMAZONAS
— 1959 —

Senhor Presidente :

Senhores Deputados :

Curvado diante das obrigações contidas em nossa Lei Maior, tenho a imensa satisfação de comparecer a esta Augusta Casa, a fim de prestar contas a Vossas Excelências de minhas atividades nestes primeiros dias de atuação à frente do Poder Executivo.

E esta oportunidade se me afigura mais feliz, porque enseja o primeiro contacto do novo dirigente da cousa pública com o Poder Legislativo do Estado, constituído, em sua maioria, de novos representantes da vontade popular e de cuja atuação muito dependerá o êxito de meu Govêrno.

E aproveitando esta hora, perante DEUS e Vossas Excelências, peço a vênia necessária, para agradecer ao povo de nossa terra a sua desvanecedora confiança elegendo-me para dirigir os seus destinos e reiterar ao mesmo povo, simbòlicamente de joelhos, o testemunho de minha gratidão por essa cativante homenagem.

Como Vossas Excelências, tudo devemos ao povo e, ao lhes apresentar esta primeira Mensagem, juro perante esta Assembléia que o meu Govêrno será inteiramente voltado para a solução dos problemas coletivos. Tôdas as vêzes que tiver de praticar um ato, recordarei sempre, como para sentir a sua repercussão, os semblantes de alegria e entusiasmo dos comícios de praça pública da memorável campanha que passou. Prometi ser escravo do povo e a minha vida, tenho a consciência tranquila, a êle está sendo dedicada.

Recebi a direção dos negócios do Estado das mãos honradas de meu eminente antecessor, Dr. PLÍNIO

RAMOS COÊLHO, na histórica tarde de 31 de janeiro último. Naquela mesma ocasião, o Governador cujo mandato expirava, prestou contas a esta Augusta Casa de suas atividades até aquêle dia. Daí eu me furtar a trazer a Vossas Excelências o relatório das atividades durante o período que passou. Por outro lado, seria abusar da paciência dos ilustres Deputados, fazendo a leitura das ocorrências dos vários órgãos da administração pública, com a especificação das incontáveis realizações do Govêrno, já amplamente conhecidas pelo povo amazonense.

Dizer o que foi o primeiro Govêrno trabalhista, é rememorar duas fases distintas de nossa história: a primeira, é aquela página triste, escrita até 31 de janeiro de 1955: funcionalismo com sete meses de atraso, cidade abandonada, interior esquecido, cáos administrativo, seiscentos milhões de cruzeiros . . . . . (Cr$ 600.000.000,00), de dívidas, dois mil setecentos e quatorze cruzeiros (Cr$ 2.714,00), em cofre. Falência fraudulenta e criminosa do erário público, crise de autoridade, desmoralização do Poder Público. E' triste recordar o Amazonas de ontem; é penoso relembrar os dias de 1954.

Diante de tal conjuntura, houve o advento do Govêrno trabalhista e o Governador, eleito na época, assomou ao Poder, encarnando os sentimentos de revolta e de esperanças de nosso heróico povo. Passaram-se os dias e a pouco e pouco o Estado se foi recuperando, o orçamento buscou o equilíbrio e a esperança se transformou em realidade. E debaixo da confiança do povo e da proteção de DEUS, o primeiro Govêrno trabalhista chegou ao seu término deixando uma larga fôlha de serviços prestados à coletividade amazonense.

EDUCAÇÃO

Aí estão mais de uma dezena de grupos escolares modêlo, espalhados pelo hinterland e na capital, além de vários outros recuperados e ampliados, num atestado eloquente do carinho com que se houve o primeiro Govêrno trabalhista para com a educação da infância cabocla.

À primeira vista, Senhores Deputados, parece que foi muito pouco, e talvez tenha sido. Se atentarmos, no entanto, no comparativo das administrações passadas, então teremos que bater palmas e considerar o muito pouco como uma obra gigantesca. E' que desde 1931,

na Interventoria NELSON DE MELO e excetuando o grupo escolar CARVALHO LEAL construído na administração LEOPOLDO NEVES, nenhuma outra casa de ensino dêsse tipo foi levantada em nossa terra de 1931 a 1954. Mas, no setor de educação não foi feito apenas isso.

O professorado primário, outrora pária na comunhão do funcionalismo público, perdeu aquela condição e, hoje, com padrão justo de vencimentos, ocupa um lugar de destaque na sociedade amazonense. A professôra, responsável pela base da formação cultural do nosso povo, é respeitada e cumpre a sua elevada missão com orgulho e contentamento.

No setor do ensino secundário, foram melhoradas as instalações do Colégio Estadual, da Escola Técnica de Comércio "Sólon de Lucena" e do Instituto de Educação e criado o curso noturno neste último estabelecimento, o que possibilitou a frequência de centenas de novos estudantes, cujas atividades na luta pela vida não lhes possibilitava frequentar as aulas diurnas.

No ensino superior, o campo educacional foi alargado com a criação da Faculdade de Ciências Econômicas. Foi, talvez, o passo mais avançado que se deu nos últimos anos em prol da educação de nossa mocidade. Já agora a juventude cabocla pode enveredar no estudo da ciência econômica, adquirindo os conhecimentos e a orientação universitária capazes de formar uma elite preparada para enfrentar as causas de nosso sub-desenvolvimento e contribuir para o engrandecimento de nosso Estado.

Atualmente, já no segundo ano de funcionamento, legalmente oficializada e reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura, a escola superior mantida pelo Estado, quer pelo alto padrão de ensino que vem ministrando graças ao ilustre e competente corpo docente de que é possuidora, quer pela afluência de alunos, orgulhece o nosso Estado.

Em meu Govêrno, o programa educacional ocupa lugar saliente. Já iniciamos a sua execução com o levantamento demográfico da população infantil do interior e da capital e estamos adotando um novo sistema na localização de escolas distritais, olhando a necessidade de escolas, isto é, a existência de alunos, ao invés da

conveniência do lider político local ou de emprêgo para o candidato a professor.

Novos estabelecimentos de ensino tencionamos levantar no hinterland, levando para o interior a professôra normalista, incrementando e prestigiando a formação de mestras-rurais, a fim de dar às crianças das barrancas, lagos e igarapés, a instrução e assistência de que precisam para compreender a grandeza de nossa terra, as riquezas imensas que jazem à espera de braços capazes de explorá-las e integrá-las na economia nacional.

Mas, não ficaremos estacionados aí. E' questão de honra para meu Govêrno, a criação e funcionamento de mais três escolas superiores: Filosofia, Engenharia, e Ciências Contábeis e os estudos e entendimentos necessários já estão sendo feitos.

Objetivando o aprimoramento cultural dos mestres, a Secretaria de Educação e Cultura, tendo em sua direção um homem culto e dedicado, o Cônego WALTER GONÇALVES NOGUEIRA, irá promover, periòdicamente, além de concursos para o provimento de cátedras do Colégio Estadual e Instituto de Educação, cursos de extensão, convidando para a realização de conferências educadores de renome nacional. Esta experiência já foi feita no corrente ano e os resultados empolgaram todos aquêles que se dedicam à sagrada missão de educar.

Esta luta pela educação não deve ser apenas do Govêrno. Antes de mais nada, temos que fazer um esfôrço de conjunto para modificar a mentalidade, até certo ponto conformista, de nosso povo, incutindo a ambição e o idealismo nos moços. Quem limita a sua ambição na vida a uma casa térrea, jamais poderá possuir um edifício de muitos andares. Assim é a nossa mocidade, sem maiores ambições, de horizontes estreitos, habituada à rotina. Poucos compreendem a grandeza do Amazonas, a riqueza da terra, o futuro radioso que poderá ter se nos prepararmos culturalmente para explorá-la. A própria natureza nos dá grandes exemplos: a selva que nos cerca, mostra que há pujança, saúde, vida; o seu verdor é uma indicação constante de esperança.

De nossa parte tudo será feito. Determinamos que nenhuma criança tivesse matrícula recusada pelos grupos

escolares; se houver excesso, faremos funcionar escolas de emergência. Aos excedentes do curso secundário, o Estado concedeu bolsas de estudos nos colégios particulares. O desejo sincero do Govêrno é ver no amanhã um povo instruído e educado que se imponha perante os demais Estados brasileiros.

O programa de educação, no entanto, não se resume apenas na instrução pública. O desejo e a ação do Govêrno irão mais além. O estudo e a divulgação das artes, no despertar no povo o gôsto pelo belo, terá atenção especial. O Teatro Amazonas abrirá suas portas para recitais e concertos.

E' nosso pensamento, objetivando a divulgação da música, equipar aquêle templo de arte com moderna e poderosa aparelhagem de som para a realização de sessões musicais com gravações, orientadas por artistas especializados.

Tentaremos assim, dentro das modestas possibilidades do Estado, a educação integral do povo.

SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Paralelamente à execução do programa educacional, o primeiro Govêrno trabalhista procurou atacar os problemas de saúde pública e assistência social. Nenhum Govêrno no Amazonas prestou tantos benefícios ao povo, nesse sentido, quanto o de meu ilustre antecessor. Durante os últimos quatro anos, ninguém buscou um médico para uma operação ou diagnóstico, um remédio para minorar o seu sofrimento ou um hospital para o seu tratamento, sem que fôsse atendido pelo Govêrno.

Sòmente no último ano, para exemplificar, o Govêrno do Estado pagou aos hospitais, de internamentos de doentes, soma superior a dezesesis milhões de cruzeiros (Cr$ 16.000.000,00). Inúmeros foram os enfermos encaminhados por conta do Executivo, para o Rio de Janeiro e São Paulo, quando os recursos médicos locais eram insuficientes, e alí internados e tratados às expensas do Poder Público.

No interior do Estado, alguns postos médicos foram construídos, criou-se um corpo de guardas medicadores para o hinterland, ambulâncias eram constantemente fornecidas e as caravanas de saúde, com médicos, dentistas e enfermeiros percorreram vários Municípios no combate às doenças.

Ampliando as suas atividades assistenciais, o Govêrno criou o Departamento de Assistência e Previdência Social, que tão relevantes serviços vem prestando à população.

O Govêrno do Estado através da Secretaria de Assistência e Saúde e daquêle Departamento, espalhou postos médicos pelos bairros da capital e atendeu grande parte de nossa população, especialmente das classes mais humildes.

Com a ajuda da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, o Estado construiu o Centro de Saúde de Educandos onde vem funcionando a Maternidade DARCY VARGAS.

O meu Govêrno está empenhado na ampliação dêsse programa. Entreguei a direção da Secretaria de Assistência e Saúde, a um médico capaz e interessado em dar uma parcela de contribuição para melhoria do sistema sanitário do Estado, o Dr. NILSON VASCONCELOS.

Já por várias vêzes discutimos com o Secretário, os técnicos da Secretaria de Saúde e o Assessor do Govêrno, Dr. OLAVO DAS NEVES, o plano de trabalho a ser executado nestes quatro anos.

Estamos iniciando com o reaparelhamento dos vários órgãos da Secretaria. Dentro de pouco tempo, aquela pasta, dos exames radiológicos aos bromatológicos, da fiscalização sanitária à assistência ao interior, estará funcionando plenamente.

O nosso desejo é fazer saúde pública no exato sentido e êste é o caminho que está sendo reencontrado pelo órgão responsável.

Neste primeiro ano, a preocupação do Govêrno é montar dois postos-médicos-modêlo nos bairros de maior densidade populacional, de mais baixas condições econômicas e mais afastados do centro da cidade. Ao mesmo tempo, já temos esquematizada a ampliação do Serviço de Socorros de Urgência, aproveitando o valioso material adquirido pelo meu antecessor e fazendo funcionar alí um centro cirúrgico. Serviço essencial para a população, o Pronto Socorro, como geralmente é conhecido aquêle Serviço, dentro em breve será um motivo de orgulho para a cidade.

A assistência sanitária às crianças, é parte importante no roteiro a ser obedecido. Já está sendo estruturado o Departamento Estadual da Criança que receberá todo o auxílio do Govêrno numa tentativa de evitar ou de baixar o alarmante índice de mortalidade infantil.

Tencionamos dar uma assistência completa à infância, desde a época pré-natal até o seu desenvolvimento na adolescência. O Govêrno está estudando com seus técnicos a instalação de postos de reidratação infantil, única medida capaz de evitar o desaparecimento de crianças necessárias à condução do Amazonas de amanhã.

A assistência médico-sanitária ao interior, também será cuidada. Mensalmente, médicos e dentistas viajarão para os Municípios, assistindo ao irmão caboclo e evitando que as endemias se propaguem. Ainda agora, caravanas assim, viajaram para os Municípios de Boca do Acre e Eirunepé levando àqueles rincões a presença e a ação da saúde pública do Estado.

Alargando êstes serviços, o Govêrno está preparando e equipando uma de suas modernas lanchas, a fim de entregá-la à Secretaria de Assistência e Saúde, para assistência ao ribeirinho das regiões próximas à Capital.

Um ponto, Senhores Deputados, no setor de Saúde, está causando apreensões ao Govêrno: é a situação dos leprocômios. As colônias de doentes do Aleixo e Paricatuba, são mantidas em regime de convênio pelo Govêrno do Estado e pelo Ministério da Saúde. Até hoje, o Estado tem pago rigorosamente as suas contribuições mensais, o que evitou o fechamento daquêles leprosários. O Govêrno Federal, no entanto, não pagou um único centavo da verba relativa ao exercício passado e, neste ano, continua sem cumprir com sua obrigação.

Temos feito todo o esfôrço, temos encarecido e rogado, mas as promessas continuam sendo promessas e a miséria, aos poucos, invade aquelas colônias.

E' um problema sério que precisa ser encarado, especialmente pelo seu lado humano e, se a União continuar a se negar no cumprimento de sua obrigação, terei de encarecer de Vossas Excelências e de todo o povo amazonense, a cooperação necessária para a manutenção daquêles infelizes irmãos que vivem na dor e segregados do convívio dos seus e da sociedade.

O problema da tuberculose também será atacado.

Já dei recomendação expressa ao representante do Govêrno junto à SPVEA, no sentido de manter intactas, no regime de primeira prioridade, as verbas destinadas ao Sanatório ADRIANO JORGE e às Instituições ligadas ao combate da peste branca. Instruí o Assessor Técnico do Govêrno, para êsses assuntos, visando entrar em entendimentos com a direção do Sanatório ADRIANO JORGE, para a assinatura de um convênio que possa dar ao Estado o direito de internamento de seus doentes naquele hospital. Já estou em entendimentos adiantados com as autoridades competentes, a fim de ser instalado, em Manaus, o Serviço de Assistência Médica-Domiciliar e de Urgência, e, no momento, um enviado especial acerta com o Govêrno a concretização da medida.

Os órgãos federais de combate à malária e o Serviço Especial de Saúde Pública terão suas verbas da Valorização defendidas para primeira prioridade de acôrdo com as minhas determinações. O que almejo é colaboração em troca de colaboração, desde que o objetivo colimado seja o bem estar do povo.

Se Deus não me faltar, como nunca me faltou, eu tiver a cooperação do povo e a ajuda de Vossas Excelências, no meu período de Govêrno darei a Manaus uma moderna Maternidade e um carro-hospital para servir o centro da cidade e, principalmente, os bairros.

Confio no patriotismo dos médicos, na dedicação dos servidores da Secretaria de Assistência e Saúde, no civismo de Vossas Excelências e na desmedida bondade do nosso povo. Todos juntos, faremos um mutirão e lutaremos em prol de uma raça forte e sadia.

Senhor Presidente :

AGRICULTURA E PECUÁRIA

Muito pouco adiantará, no entanto, a execução de um programa de educação e de saúde, se não desenvolvermos, ao mesmo tempo, as nossas atividades agro-pastoris.

O meu antecessor, cuja esclarecida visão e profundo conhecimento de nossa conjuntura a ninguém de bom senso é dado negar, bem compreendeu a necessidade de

expansão da agricultura e da pecuária. Criando uma Secretaria especializada para êsses assuntos, formou o caldo de cultura necessário à exploração racional de nossas terras e de nossas riquezas vegetais.

Os primeiros resultados da medida logo se fizeram sentir : aumentou a produção local de farinha de mandioca, de juta, de hortaliças e a cultura de cerais voltou a ser cuidada. Rasgando estradas, possibilitou a formação de roçados e a produção cresceu. Colônias agrícolas foram instaladas às margens da BR-17 e da Manaus-Itacoatiara. Hoje, quem andar por nossas estradas, especialmente na AM-1, sentirá com alegria, uma paisagem diferente. A floresta cai, surgem as queimadas e do solo brotam novos espécimes, plantados pela mão do homem, substituindo as árvores seculares .E' o lavoreio da terra que alimenta e dá vida.

A experiência com a instalação de uma colônia com imigrantes japoneses às margens da AM-1 é a mais promissora possível. Dezessete famílias, num total de cento e dezenove pessoas, trabalham diuturnamente, numa atividade febril, para, no amanhã bem próximo, suprir nossos mercados de hortaliças, frutas, legumes e arroz.

No cumprimento de seu programa, o então Governador, Dr. PLÍNIO RAMOS COÊLHO, montou, às margens da Humaitá-Lábrea, a Fazenda do Estado, onde cêrca de mil e quatrocentas matrizes de gado vacum, de raça, adquiridos em seu Govêrno, formarão os primeiros rebanhos para o abastecimento futuro de carne verde e laticínios à população de Manaus.

O atual Govêrno irá empenhar-se na multiplicação dêsse trabalho. A primeira medida foi a revisão da Lei de Terras, combatida por uns e incompreendida por muitos. O seu estudo está sendo processado pela equipe de economistas do Banco do Estado do Amazonas e com a audiência ampla de todos os interessados. Buscaremos um *stato-quo* que permita a cada um legalizar a sua gleba e explorá-la com objetivos sociais. Os latifúndios improdutivos serão condenados, o minifúndio será incrementado e a propriedade será resguardada.

As colônias tradicionais das vizinhanças da Capital, como "Franceses", "Santo Antônio", "Pintos", "Campos Sales" e outras, irão receber uma ajuda eficiente da

Secretaria de Agricultura. A grande dificuldade com que lutam os nossos lavradores é o desmatamento das áreas para o plantio. O intrincado da floresta, a pujança das árvores e a falta de recursos técnicos e financeiros, atuam como fatores descoroçoantes do seu esfôrço e impedem a preparação de grandes áreas para o plantio.

O meu Govêrno, no cumprimento do programa traçado, irá entrar com máquinas pesadas, sempre que a técnica o recomendar, naquelas colônias, ajudando o homem, economizando-lhe fôrças e dinheiro e cooperando para o aumento de sua produção, o que redundará em maior rendimento para o produtor, mais gêneros para o consumo do povo e barateamento do custo de vida.

Nas margens das estradas, novas colônias serão montadas e continuaremos o programa de imigração japonesa até completar a instalação das cento e cinquenta famílias combinadas entre o Govêrno do Estado e a Embaixada do País do Sol Nascente.

O colono estrangeiro, selecionado e altamente qualificado, a par de se constituir em agente ativo do desenvolvimento da nossa economia com o aumento da produção, tem uma missão mais importante : é que traz a técnica especializada, os modernos sistemas da exploração do solo, o "Know How" de que precisamos e servirá de mestre natural de agricultura para os nossos lavradores. Com a melhoria da produção, a adoção de novos métodos de trabalho e a diversificação da agricultura, estaremos caminhando para dias melhores.

Além da ajuda mecanizada à lavoura, o Govêrno está procurando contratar, no Sul do País e no Exterior, agrônomos especializados em atividades tropicais, para orientar, tècnicamente, os nossos homens de campo e preparar, através de cursos intensivos, a formação de monitores agrícolas para ensinar a agricultura racional no interior.

O campo experimental para a produção de sementes e mudas, iniciado por meu antecessor, será melhorado de modo a poder fornecer aos agricultores, experiência de plantio e os espécimes de que necessitar para o trabalho de suas terras.

Cinco espécimes agrícolas, no entanto, receberão uma assistência especial: a juta, a mandioca, o arroz, o feijão e a borracha.

Filio-me à escola daquêles que acreditam residir no incremento da juticultura, um dos meios de desenvolver, econômicamente, o Amazonas. Cultura fácil, de ciclo rápido, que dispensa o tratamento do solo, pois aproveita as várzeas descobertas nas vazantes dos rios, o seu alto rendimento econômico e a sua feição de cultura social e quase doméstica, aproveitando, da semeadura à colheita e secagem, tôda a família, o futuro da juta é animador.

A produção juteira tem crescido de ano para ano, na dependência mais da distribuição de sementes do que das cotações do mercado. A meta de meu Govêrno é de, ao fim dos quatro anos de meu mandato, elevar a nossa produção a 40/50.000 toneladas.

O programa que tracei para atingir êsse desideratum é o seguinte: o representante do Govêrno junto à SPVEA e a bancada federal estão recebendo as instruções para consignar em favor do Instituto Agronômico do Norte, as verbas necessárias para o aumento da produção de sementes, e, ao Govêrno do Estado, as dotações de que precisamos para montagem no Amazonas de um campo de produção a fim de que o quantitativo de sementes a ser distribuido aos juticultores, aumente cada ano.

Com o aumento da produção, atualmente suficiente para o abastecimento das necessidades internas de consumo, e a melhoria da fibra, poderemos partir para colocação do produto nos mercados do Exterior.

Se formos felizes na luta em que estamos empenhados junto às autoridades federais, no exigir uma taxa cambial de conversão, compensadora para os produtores, argumentando com os favores concedidos a outras fibras do Nordeste e do Sul do País, então, um largo horizonte se abrirá para a juticultura. Da parte do Govêrno, maiores favores fiscais estão sendo concedidos à fibra em bruto e tecida, com a diminuição da carga tributária sôbre ela incidente, estimulando o aumento da produção e a instalação de novas indústrias de fiação e tecelagem,

objetivo maior do Govêrno pelo elevado alcance social e econômico da industrialização dessa matéria prima em nosso Estado.

Para que Vossas Excelências, Senhores Deputados, sintam a importância econômica, social e financeira do aproveitamento local, pelas indústrias de fiação e tecelagem, da fibra de juta, exemplificarei com os dados seguintes: numa venda para o Sul do País, de 100 toneladas de fibra em bruto, ao preço básico de vinte e cinco cruzeiros (Cr$ 25,00) por quilo, o exportador recebe dois milhões e quinhentos mil cruzeiros ..... (Cr$ 2.500.000,00), e paga ao Estado, de impôsto sôbre vendas e consignações, a importância de duzentos mil cruzeiros (Cr$ 200.000,00). Nesse tipo de exportação os agentes remunerados são apenas o juticultor, um pequeno número de pessoas que trabalham nas prensas, e um grupo bem menor ainda, que trabalha nos escritórios de exportação.

O rendimento indireto de natureza fiscal canalizado para os cofres públicos pela circulação do numerário correspondente ao valor exportado, também não ultrapassa a casa de duzentos mil cruzeiros (Cr$ 200.000,00), sabido que, por fatores diversos, apenas 80%, teòricamente, dos valores, produzem rédito fiscal. Teremos assim, nessa exportação, um rendimento econômico de dois milhões e meio de cruzeiros (Cr$ 2.500.000,00), e um rendimento tributário, direto e indireto, de quatrocentos mil cruzeiros (Cr$ 400.000,00).

No entanto, atentem Vossas Excelências, se a mesma venda referir-se à juta industrializada, o resultado favorável não tem paralelo. Vejamos: 100 toneladas de juta tecida, exportada ao preço atual de oitenta cruzeiros (Cr$ 80,00), por quilo, no regime atual canalizam para os cofres públicos, de impôsto sôbre vendas e consignações, trezentos e vinte mil cruzeiros ..... (Cr$ 320.000,00), ou seja, 60% a mais que a fibra em bruto, e produzem o rendimento econômico de oito milhões de cruzeiros (Cr$ 8.000.000,00), equivalente a 220% a mais que o produzido pela exportação da matéria prima. Some-se a isso a mesma proporção de rendimento indireto do impôsto, na base já estabelecida, e teremos mais seiscentos e quarenta mil cruzeiros ..... (Cr$ 640.000,00), em ingressos para os cofres públicos.

Então, enquanto a matéria prima produz para o erário público, de rendimentos diretos ou indiretos, quatrocentos mil cruzeiros (Cr$ 400.000,00) de impôsto, a mesma quantidade, industrializada, oferece a soma de novecentos e sessenta mil cruzeiros (Cr$ 960.000,00), representando, percentualmente, 160% a mais.

Se não bastasse o rendimento econômico-financeiro já sobejamente compreendido, o benefício social decorrente justificaria, por si só, a necessidade de lutarmos pela instalação de novos estabelecimentos fabrís. E' que, além dos agentes que interferem no negócio da matéria prima, a indústria da juta, por sua peculiaridade, exige um grande número de trabalhadores. E' o alargamento do mercado de trabalho, é a formação de novos consumidores, é a utilização de braços produtivos que permanecem inaproveitados por falta de ocupação rentábil.

Daí, Senhores Deputados, desde já, encareço o patriotismo e a boa vontade de Vossas Excelências, para as medidas que o Executivo submeter ao estudo desta Augusta Casa, na defesa da valiosa fibra.

A civilização amazônica tem, na farinha de mandioca, um dos elementos básicos de sua dieta alimentar, na mesa do rico como na do pobre, do seringueiro como na do grande industrial, é imprescindível, o prato ou a cuia de farinha. D'água ou sêca, a farinha é o pão, o leite e o remédio do irmão hinterlandino.

Apesar de sua extraordinária importância na vida amazonense e da vocação natural de nosso colono para o cultivo da mandioca, o seu aproveitamento é deficiente e anti-econômico. O meu Govêrno, compreendendo tal conjuntura, está estudando, acuradamente, o problema, para melhorar as condições do cultivo da maniva e aumentar a sua produção, liberando nosso Estado das importações substanciais que vem fazendo do Estado do Pará.

Colimando êsse fim, um vasto programa está esquematizado para as vizinhanças da Capital e do Interior, e esperamos colher bons resultados. E' nossa decisão ajudar os agricultores na preparação de grandes áreas de plantação e fornecer-lhes equipamentos modernos e de maior aproveitamento, para a industrialização dos tubérculos, permitindo que o mesmo número de traba-

balhadores que se dedicam a êsse espécime, dispendendo as mesmas energias que consome hoje, multiplique a produção e o seu rendimento de capital — trabalho.

O que ocorre com a mandioca, é quase o mesmo que acontece com a cultura do arroz e do feijão. Dispondo de terras ótimas para o cultivo dêsses cereais, no entanto, não se faz o seu aproveitamento em larga escala. Duas razões, segundo a experiência, influem como determinantes do atraso dêsse tipo de agricultura.

A primeira, é a falta de conhecimento técnico que oriente as plantações e demonstre o seu valor econômico. O agricultor faz as semeaduras tendo em vista apenas a quantidade necessária ao seu próprio sustento e de sua família. Quando produz maior quantidade de arroz, por exemplo, falta-lhe a máquina de beneficiamento e êle se desanima, não se interessando mais por novas plantações. A segunda razão, e a que fala mais alto, é que, para as culturas de subsistência, de cereais, especialmente, o agricultor não encontra quem o financie. Por incrível que pareça, se alguém se dispuzer a fazer o amanho da terra, no cultivar em larga escala o arroz, o feijão ou a mandioca, não encontrará nenhuma facilidade de crédito. E vivemos num País cujo índice de fome é dos mais elevados do mundo...

Visando corrigir essa anomalia, já instruímos a Diretoria do Banco do Estado do Amazonas, no sentido de ser mantido, por conta do Govêrno do Estado, como capital rotativo, parte da receita do impôsto de exploração agrícola, para constituir um fundo de fomento dessas atividades. O mesmo estabelecimento possui, inscrita no Orçamento da União para o ano corrente, no anexo da SPVEA, uma verba de dez milhões de cruzeiros .... (Cr$ 10.000.000,00), para fomento da pequena agricultura, trabalho do atual Presidente desta Casa, quando Deputado Federal, juntamente com o então Deputado **MANUEL MACHADO BARBUDA.**

Como vê, Senhor Presidente, os nossos planos são objetivos e a sua execução depende mais da compreensão e da ajuda dos homens de boa vontade, do que, pròpriamente, de recursos financeiros de grande vulto. Estou certo de encontrar de Vossas Excelências, Senhores

Deputados, dos homens de negócios de nossa terra e do povo amazonense, a ajuda necessária para o cumprimento de um plano de trabalho que objetiva, exclusivamente, o bem estar da coletividade.

O quinto produto que considerei, no setor da agricultura, como fundamental para desenvolvimento de nossa sócio-economia, é a borracha. Alinhei-o com o produto agrícola porque, se não enveredarmos pelo caminho da heveicultura, a borracha estará perdida. O meu pensamento, que é a síntese das idéias dos homens que estudam a economia gomífera, está expresso na exposição que submetí à consideração do Excelentíssimo Senhor Presidente da República e que transcrevo a seguir:

"6 de março de 1959.

N.º GE-598/59

SENHOR PRESIDENTE:

Conforme já tive a honra de expor a Vossa Excelência, em expedientes anteriores submetidos a sua elevada consideração, o meu Govêrno, no cumprimento de suas obrigações como o povo amazonense, está empenhado na realização de um programa mínimo de trabalho capaz de melhorar as condições sociais e econômicas de nossa gente, e especialmente, de defender, por todos os meios e modos, o direito de meu Estado continuar integrando a comunidade Nacional.

E' que Senhor Presidente, embora reconheça o seu inusitado patriotismo, o desejo ardente que empolga Vossa Excelência de fazer um bom Govêrno, o dinamismo extraordinário que a sua personalidade vem impregnando na direção dos negócios públicos, o Amazonas, talvez por sua condição de Estado aparentemente pobre e distante, vem, pelo esquecimento e pelo abandono dos poderes centrais, aos poucos se transformando numa região à parte do Brasil.

Perdoe-me Vossa Excelência a minha linguagem franca; é que sou moço que amo minha terra, quero respeitar os compromissos que assumi com o meu povo, conheço as responsabilidades do meu mandato, sei de seus elevados propósitos e quero que Vossa Excelência seja também Presidente dos amazonenses.

Mas, Senhor Presidente, o Amazonas, pela minha palavra, não lhe pede auxílio e nem deseja socôrro. O que o meu Estado quer e espera de Vossa Excelência, é ser tratado como o são os demais Estados brasileiros; que os seus problemas sejam encarados com o mesmo interêsse como o são os das outras Unidades; que as Leis que nos beneficiam sejam cumpridas como mandam todos os princípios constitucionais.

E' muito pouco Senhor Presidente, o que encarece o meu Estado, mas bastará que Vossa Excelência faça êsse muito pouco para que o seu nome e a sua memória sejam guardados imorredouramente em nossos corações.

Em primeiro lugar, Senhor Presidente, irei expor um dos problemas básicos de meu Estado e que resolvido será um agente de transformação da fisionomia sócio-econômica da terra amazonense.

Sabe Vossa Excelência que o edifício econômico do Amazonas, em particular, e do Extremo-Norte, de um modo geral, tem os seus alicerces na borracha, a mesma borracha que ontem sustentou o Brasil e que hoje dá pão e teto ao amazonense. Se Vossa Excelência, no entanto, analisar o tratamento que o Govêrno Federal vem dando à borracha brasileira, sentirá, como nós sentimos, que a política gomífera da União está matando o Amazonas e o sententrião do País. Vossa Excelência, dada a multiplicidade de problemas em cuja solução está empenhado, talvez não acredite e faça a pergunta: como, se a União mantém o Banco de Crédito da Amazônia, a Comissão Executiva de Defesa da Borracha e o monopólio das operações finais de compra e venda?

Com o profundo respeito que me merece Vossa Excelência e a sua devida vênia, darei a resposta, movido pòr um desejo sincero de colaborar com o seu honrado Govêrno e de defender os interêsses do meu povo.

E' de seu conhecimento Senhor Presidente, que a Amazônia nesta safra, segundo as estimativas, produzirá 27.000 toneladas de borracha em bruto, e o meu Estado entrará com a quota mínima de 7.000 toneladas. Tal produção está muito aquém da capacidade de consumo das indústrias de artefatos, daí a necessidade de importação, calculada em 22.000 toneladas.

A borracha importada, Senhor Presidente, pela resolução n.º 40 do Conselho de Política Aduaneira, passou a gozar de isenção de direitos de importação. Essa isenção foi concedida com base no art. 4.º, da Lei n.º 3.244, de 14.8.57, que diz textualmente :

> "Art. 4.º — Quando a produção Nacional de matéria prima ou qualquer outro produto de base for ainda insuficiente para atender ao consumo interno, poderá ser concedida isenção ou redução do impôsto para a importação complementar.
>
> § 1.º — A isenção ou redução do impôsto será concedida mediante prova de aquisição de determinada quota do produto Nacional, na fonte de produção, ou prova de recurso ou incapacidade de fornecimento, dentro do praso e a preço CIF não superior ao do similar estrangeiro acrescido do impôsto de importação.
>
> § 2.º — A concessão será de caráter geral em relação a cada espécie de produto, garantida a aquisição integral da produção Nacional".

Mesmo gozando dessa isenção, Senhor Presidente, o preço da borracha importada atualmente é o seguinte :

Borracha Lavada :

Fina - mais ou menos US$.0,70 por quilo

Ágio - US$. 0,70 x Cr$ 290,00	=	Cr$ 203,00
Taxa - US$. 0,70 x Cr$ 18,00	=	Cr$ 12,60
Custo, sem direitos		Cr$ 215,60

Aí está, Senhor Presidente, o preço que as indústrias estão pagando pela borracha importada, inclusivè pelo produto da mesma região amazônica, a Amazônia Boliviana (Departamento do Beni e Panto — Bolivia).

Enquanto isso, a borracha natural, em idênticas condições, é vendida no pôrto de Manaus às indústrias, pelo Banco de Crédito da Amazônia S. A., detentor do monopólio estatal, pela irrisória quantia de Cr$ 126,50, ou sejam Cr$ 89,10 de prejuizo, por quilo de goma elástica. Se atentarmos para o fato de que êsses preço

e a diferença se referem à borracha fina, lavada, e a proporção do beneficiamento é de 1.000 gramas lavada para 1.250 gramas crua, veremos que o prejuízo real e gritante do seringueiro é de Cr$ 71,30 por quilo de borracha crua, o que representa na nossa economia Cr$ 499.100.000,00 e, na da região, Cr$ 1.925.100.000,00.

Êsse prejuízo ainda é bem maior porquanto a Lei citada, dá direito ao acréscimo na matéria prima Nacional da alíquota de 30% que é a percentagem de direitos alfandegários prevista na Lei de Tarifas para o similar estrangeiro.

Talvez bastasse isso, Senhor Presidente, para provar que a política do Govêrno Federal está matando a Amazônia. Mas não há apenas isso, Senhor Presidente, há fatos mais graves de que a conjuntura é apenas consequência.

Dois polvos gigantescos estrangulam a nossa economia : a inflação e o monopólio estatal.

O primeiro, cujas causas complexas não me cabe discutir, está acabando com os seringais. O Amazonas não produz inflação, esta para cá é exportada, diária e assustadoramente. O açúcar, o café, a banha, a espoleta, o chumbo e a pólvora, essenciais para o seringueiro, chegam aos seringais a preço proibitivo. Enquanto no passado, com um quilo de borracha o seringueiro adquiria três quilos de café, hoje o seringueiro necessita produzir 2,5 quilos de borracha para comprar a mesma quantidade do produto. E assim a Amazônia se despovoa, os seringais são abandonados, as casas aviadoras fecham as suas portas, a miséria se alastra e a própria Pátria se empobrece com o gasto de preciosas divisas.

O segundo flagelo da Amazônia é o monopólio estatal exercido pelo Banco de Crédito da Amazônia.

Instituído durante um regime de exceção de nossa história, por imperativo do estado de guerra, quando nos irmanamos às democracias na luta contra o nazismo e logo após ao término da segunda grande guerra quando havia super produção, então, o monopólio, em parte, se justificava — era a medida policial e estabilizadora. Passada essa fase, reaparelhado e ampliado o nosso parque industrial e crescendo a demanda da goma elás-

tica, esta se transformou em matéria prima de aguda escassez no mercado interno, e o monopólio estatal passou a ser prejudicial, funcionando contra os interêsses da borracha da Amazônia.

As suas tabelas de preços fixos, impedindo que as cotações da goma elástica acompanhem a evolução do custo das utilidades e o valor cambial da borracha importada, prejudica profundamente a economia gomífera. A obrigação de estocagem de borracha nos centros consumidores, paralisa somas vultosas do capital do Banco, dessangrando a economia amazônica.

Daí ser urgente, Senhor Presidente, a quebra do monopólio estatal das operações finais de compra e venda de borracha. O caminho já foi aberto, as operações de compra e venda do látex estão liberadas, a importação de borracha que era privativa do Banco, Vossa Excelência, com um ato patriótico, jogou por terra e deu a liberdade de comércio. Vossa Excelência completará sua obra de salvação da borracha, decretando pondo fim ao monopólio da borracha natural.

Decerto Vossa Excelência pensará na situação de estabilidade econômico-financeira do Banco de Crédito da Amazônia. Uma análise mais profunda, Senhor Presidente, porá têrmo a qualquer apreensão. O Banco possui entre capital e reservas perto de ..... Cr$ 2.000.000.000,00. Acrescente-se a isso o que aquela Instituição recebe, anualmente, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, para suprimento do Fundo de Fomento da Produção, o que só neste ano atinge a casa de Cr$ 190.000.000,00, — como capital rotativo que retorna ao Banco vencidos os financiamentos e veremos que, com a demanda de crédito que há em todo País e o crescimento anual das disponibilidades de aplicação do Banco com êsse dinheiro da SPVEA, bastará uma boa direção para transformá-lo em uma das maiores potências bancárias da Nação. O Banco da Amazônia se enquadrará no regime legal das casas bancárias, deixará de ser comerciante para cumprir a sua missão específica de estabelecimento de crédito. Ficará liberado dos estoques que mantém em Pôrto Velho, Itacoatiara, Breves, Manaus, Belém, Cuiabá, Rio de Janeiro, São Paulo e Pôrto Alegre e sôbre-água e o dinheiro lhe sobrará para o financiamento da produção.

Com a medida, outras Instituições Bancárias entrarão no sistema de negócios da borracha, as casas aviadoras reencontrarão o seu papel histórico de elo entre a produção e o consumo, o erário público terá maiores ingressos, as atividades criadoras de riquezas serão dinamizadas, dias melhores viverá a Amazônia e nós seremos gratos a Vossa Excelência.

Resumindo, Senhor Presidente, o Amazonas pede a Vossa Excelência seja determinado o cumprimento da Lei 3.244/57, em seu art. 4.º e §§, por parte da Comissão Executiva de Defesa da Borracha e do Banco de Crédito da Amazônia, no exigir das indústrias, quando desejarem importar, a prova de aquisições de borracha natural por preço, pelo menos, igual ao similar estrangeiro, e, em segundo lugar, que se façam pelo Ilustre Ministro da Fazenda os estudos necessários e o Decreto extinguindo o monopólio das operações finais de compra e venda de borracha natural, exercitado, por Delegação da União, pelo Banco de Crédito da Amazônia, medida salvadora de uma área e de um povo que quer sobreviver e continuar integrando a Pátria Nacional.

E' muito mais fácil hoje, Senhor Presidente, garantir a posse da área Amazônica dando condições humanas de trabalho aos seringueiros, do que amanhã ter que conservar aqui um Exército, necessàriamente maior do que todo o efetivo do glorioso Exército Nacional.

Como vê, Senhor Presidente, dirijo-me a Vossa Excelência falando pela alma e pelo coração, com a sinceridade de quem quer apenas o bem estar de sua terra e a grandesa de sua Pátria e por confiar integralmente no patriotismo e nos bons propósitos de Vossa Excelência à frente do Govêrno da República.

Certo de que Vossa Excelência dispensará ao assunto a sua honrosa e esclarecida atenção, aproveito a oportunidade para reiterar-lhe o testemunho de meu profundo respeito.

GILBERTO MESTRINHO DE MEDEIROS RAPÔSO
Governador do Estado"

Nesse expediente está bem claro o drama social e econômico da goma elástica. Atendidas as nossas reivindicações, será possível levarmos a efeito uma gran-

diosa campanha de adensamento dos seringais nativos com a plantação de novas seringueiras. Se recebermos a dotação consignada no Orçamento da SPVEA, para o Govêrno do Estado desenvolver a heveicultura, iremos dar uma grande cooperação nesse sentido.

A situação da hévea é dramática e a dos seringais confrange o coração, mas, confiemos na capacidade de luta e de resistência do homem amazonense e conjuguemos os nossos esforços para salvar a borracha, salvando a nós mesmo.

Ainda no setor da agricultura, há um espécime vegetal que deve ser olhado pelos homens de negócios com carinho especial, pelas amplas possibilidades lucrativas que poderá oferecer, servindo inclusivè para utilização dos braços disponíveis com o término da safra da juta : é a cana de açúcar.

O Amazonas, atualmente, está importando todo o açúcar necessário ao seu consumo. Só em nosso Estado, há 600.000 consumidores desse alimento imprescindível ao homem.

Se adicionarmos a êsse número, os habitantes dos territórios federais do Acre, Rondônia e Rio Branco e dos Departamentos bolivianos do Pando e Beni, que se abastecem em nosso País, teremos, em números redondos, um mercado de 800.000 consumidores. Além do açúcar, o álcool também é importado e, quem consome o primeiro, necessita, em maior ou menor escala, do segundo. E a produção de álcool é tão mais necessária, quando se sabe que, só a Refinaria de Manaus, é mercado certo para absorver 1.000 litros diários.

Diante de tal quadro, é imperiosa a implantação, em grande escala, da cultura e industrialização da cana de açûcar. As experiências feitas com nossas terras têm dado ótimos resultados. Os exames feitos, provaram a exuberância do solo para a formação de grandes canaviais.

Resta, agora, que os nossos homens da indústria e da produção, atentem para a excepcional oportunidade que se oferece, de criação de uma nova riqueza, e horizontes mias promissores serão vislumbrados pelo Amazonas. Da parte do Govêrno, tôda a cooperação

possível será dada, como ajuda mecanizada, interferência junto aos Poderes responsáveis pelos negócios de açúcar e álcool, e proteção tributária. O meu desejo sincero é ver, no porvir, um Amazonas grande, próspero e feliz.

PRODUÇÃO ANIMAL

Paralelamente ao desenvolvimento da agricultura, deveremos cuidar, e estamos cuidando, atentamente, da produção animal. A nossa pecuária, de proporções diminutas, viveu muitos anos desassistida dos Poderes Públicos. Os rebanhos de corte do Baixo Amazonas e o rebanho leiteiro da região do Careiro, Cambixe e Autazes, vivia entregue apenas ao esfôrço da iniciativa privada, sem a atenção do Estado. O primeiro Govêrno Trabalhista, sentindo as angústias do problema, deu o primeiro passo em pról do melhoramento da nossa pecuária. Enquanto equipou um Departamento de Defesa Animal, que grandes benefícios já nos proporcionou no combate à febre aftosa, ao carbunclo hemático e outros males que anualmente dizimavam os nossos rebanhos, criou a Fazenda do Estado, em Humaitá, levando para alí, inicialmente, 400 matrizes de gado de raça e, posteriormente, mais 1.000 vacas, no aproveitamento racional dos campos naturais do Puciarí.

E' uma tentativa avançada e corajosa que se faz, de sentido nitidamente pioneirista, mas que servirá, além de atestado eloquente do interêsse do Govêrno em resolver o problema, como estímulo e emulação à iniciativa privada. Em meu Govêrno as atividades dessa Fazenda serão expandidas, procurarei assistir e ajudar os criadores do Baixo Amazonas e melhorar as condições de produção de leite nas regiões próximas de Manaus.

Com os olhos voltados para a solução dos problemas da alimentação do povo, o Govêrno já realizou entendimentos com a OCRIM DO BRASIL S. A., ficando acertada a montagem de um moinho de trigo em nossa Capital. Com isso, não ficará afastado, apenas, o fantasma da falta de pão, mas, teremos os resíduos necessários ao desenvolvimento da suinocultura, da avicultura e da pecuária.

Ao mesmo tempo, já se encontram em Manaus, para montagem, quatro grandes frigoríficos que resolverão o problema de armazenamento de alimentos para a nossa população, bem como, uma uzina de pasteurização e dois barcos coletores de leite que dentro de algum tempo, prestarão benefícios reais ao nosso povo.

Estas iniciativas, conjugadas com a reorganização da Cia. de Abastecimento Alimentar do Amazonas, S. A. (Alimentamazon), cujos primeiros anos de atividades não apresentaram o resultado para que foi criada. O atual Govêrno possui um plano de trabalho para aquela Cia. e espero recuperá-la no conceito público e contribuir, efetivamente para o abastecimento da cidade com o barateamento do custo de vida.

VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Mas, a ação do Govêrno para atingir as suas atividades — fins, necessita de serviços intermediários. Aí aparece, entre outras, a Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Coloquei na direção dessa Pasta um engenheiro ativo e conhecedor de suas responsabilidades, o engenheiro WALTER RODRIGUES TRONCOSO, auxiliado no Departamento de Obras e no Departamento de Águas, pelos engenheiros CHARLES CLARK PLATON e CARLOS EUGÊNIO CHAUVIN FILHO.

A conduta desta equipe, à frente da Secretaria, já está produzindo resultados satisfatórios. Embora cercada em suas ações pela falta de recursos financeiros, consequente da crise que estamos atravessando, a Secretaria está concluindo o belo edifício do Grupo Escolar da Praça 14 de Janeiro, obra que sòmente em meu Govêrno consumirá perto de três milhões de cruzeiros (Cr$ 3.000.000,00), a Sub-Delegacia do mesmo bairro, o prédio da Polícia Civil está sendo inteiramente reformado, turmas estão recuperando Grupos Escolares, o Teatro Amazonas está sofrendo reparos e será restaurado externamente de acôrdo com suas linhas e côres primitivas, o prédio da Secretaria de Assistência e Saúde também está sob a ação do Departamento de Obras e, dentro de pouco tempo, iniciaremos a ampliação do prédio do Pronto Socorro, a reparação da Terceira Ponte e da Mesa de Rendas de Itacoatiara, a construção de dois postos de saúde, uma Maternidade e um Grupo Escolar em Manaus. A minha intenção é restaurar o que existe para depois realizar novas construções.

O problema da água está sendo encarado de frente continuando o programa iniciado pela administração PLÍNIO COÊLHO. Hoje temos a satisfação de dizer: estamos bem próximos de sua integral solução.

Ao assumir o Govêrno, a cidade era servida, diàriamente, por 8.000.000 de litros de água. Com as providências adotadas pelo Executivo, desde o dia 5 dêste que são fornecidos 19.0000.00 de litros à população, quantidade que nunca fôra alcançada, e espero dentro dos próximos 60 dias, dar a Manaus 45.000.000 de litros.

E' que, com a ligação da energia produzida pela Uzina Flutuante às máquinas do Bombeamento, e a montagem de mais três bombas elevadoras que o Govêrno está ativando junto ao Serviço Especial de Saúde Pública, será possível atender, com superavits, a demanda do precioso líquido por parte de nossa população.

Entretanto, apesar dessas providências, para que haja êxito integral no fornecimento de água, torna-se necessária a colaboração valiosa e imprescindível da população, no evitar o desperdício doméstico e pagar com pontualidade as taxas devidas à repatrição competente.

As atividades rodoviárias, no período do primeiro Govêrno Trabalhista, tiveram desenvolvimento sem precedentes na história do rodoviarismo amazonense.

No setor de construção, pelo Estado e em convênio com os Municípios, foram terraplanados cêrca de 200 quilômetros. A AM-1, Manaus-Itacoatiara, já possui 103 quilômetros terraplanados, sendo 52 a partir de Manaus e 51 do lado de Itacoatiara, estando desmatada tôda a sua extensão. A AM-4 — Humaitá-Lábrea, está com 20,560 quilômetros terraplanados e possui mais 20 quilômetros desmatados. A AM-3 — Manacapurú-Cacau Pirêra, está com 29 quilômetros desmatados e destocados. O meu Govêrno, logo passe a quadra das grandes chuvas, irá ativar os trabalhos de construção para que dentro em breve as ligações sonhadas sejam uma realidade.

No setor de pavimentação, o Departamento de Estradas de Rodagem asfaltou cêrca de 44 quilômetros nas estradas Manaus-Itacoatiara, São Raimundo, Educandos, Circular, Raiz e João Coêlho. O meu Govêrno irá ampliar êsse programa, visando melhorar as condições de tráfego de nossas estradas e vias de acesso, já estando providenciando a compra de grande quantidade de asfalto e de uma uzina de preparação dêsse material de revestimento.

Nos trabalhos de construção de pontes, o primeiro Govêrno Trabalhista realizou o seguinte, em concreto armado: uma ponte sôbre o igarapé do Mindú, outra sôbre o igarapé da Bolívia e a grande ponte ligando à cidade o bairro de Educandos, o maior vão de concreto armado do Norte do País. Esta última está sendo concluída pelo atual Govêrno que irá entregá-la ao tráfego nos próximos dias.

Neste ano, tencionamos construir duas pontes de concreto na Manaus-Itacoatiara, do lado daquela cidade, e os ancoradouros de balsas ligando as secções fluviais daquela estrada.

Também através do Departamento de Estradas de Rodagem está sendo construído um majestoso prédio para instalação de seus serviços, na praça General Carneiro, bairro da Cachoeirinha e que pretendemos inaugurar até o fim do corrente ano.

Visando ao barateamento das obras públicas e ajudar a iniciativa particular na construção do teto próprio, o Govêrno PLÍNIO COÊLHO montou a Olaria do Estado. Iniciativa de vulto e de largo alcance social, a Olaria, dentro em pouco, estará funcionando plenamente. O meu Govêrno está dando àquela indústria estatal, a organização capaz de uma grande produção de tijolos, telhas e manilhas ,a fim de que possa cumprir, inteiramente, os objetivos para que foi criada.

Outro serviço que, por sua natureza, está enquadrado dentro das atribuições da Secretaria é o de transportes coletivos. A TRANSPORTAMAZON como é conhecida a organização estatal, foi um dos maiores benefícios que o primeiro Govêrno Trabalhista deu ao povo de Manaus. Iniciada com quatro ônibus, hoje vinte e cinco unidades estão servindo, dia e noite, à nossa população. Veículos modernos, oferecendo tôda a segurança de tráfego, onde quer que se vá passam os ônibus do Govêrno. Com as modificações introduzidas por minha administração, a receita do serviço tem aumentado, o transporte sofreu melhoria e é meu pensamento adquirir novos veículos, resolvendo de vez os problemas de transporte de nossa Capital.

ORDEM PÚBLICA

A manutenção da ordem pública, o equilíbrio das relações do homem na sociedade estatal, a segurança das instituições, é dever precípuo do Poder Público. No último ano de mandato do primeiro Govêrno Trabalhista, em que pese a exaltação de ânimos decorrente da agitação natural da campanha política, a ordem foi mantida em nosso Estado, a propriedade resguardada e as Instituições foram respeitadas.

A Secretaria do Interior e Justiça sòmente louvores mereceu durante o período que passou. Detendo em suas mãos o Poder de Polícia e a Fôrça Pública, não houve nos últimos quatro anos, nenhuma violência ao direito de cidadão ou perseguições policiais por credo partidário. O Poder Público colocou-se sempre acima das paixões, e, quando agiu, o fêz para fazer respeitar a sua autoridade.

Apesar de minha formação democrática, pessoalmente considero que o Executivo foi excessivamente benevolente no último período governamental. Não tivesse havido uma liberdade excessiva por parte do Govêrno de então, e alguns fatos lamentáveis, como a mentirosa campanha que alguns fizeram fóra do Estado, teria sido evitada.

Em meu Govêrno, os direitos serão respeitados como mandam as Leis e os princípios cristãos, mas a fôrça estará sempre pronta para fazer valer a autoridade que me foi delegada pela maioria de nosso povo.

A Polícia Civil, responsável pela segurança pública, será tècnicamente reformada, de maneira a dar-lhe a eficiência necessária ao bom desempenho de sua espinhosa missão. Iniciamos com a modificação do ambiente, com a reparação completa que se está processando no prédio e instalações do Departamento de Segurança Pública. A seguir, será a melhoria do elemento humano, treinado e bem orientado para o exercício de suas atribuições. Iguais providências estão sendo adotadas em relação à Guarda Civil, a fim de que aquela Corporação deixe de ser um depósito de empregados para se transformar em agente ativo da garantia da ordem.

A Polícia Militar do Estado, com o advento do primeiro Govêrno Trabalhista, voltou a viver os seus dias gloriosos do passado. Disciplinada, treinada e bem equipada, os desfiles da briosa Corporação, causam orgulho a nossa gente.

Querendo dar mais prestígio à nossa Fôrça Pública, subordinei-a diretamente à Chefia do Executivo e dei ao seu Comandante as honras de Secretário de Estado. A minha disposição é dar à Polícia Militar do Estado, armamentos mais modernos e maior pompa para se impor como fôrça do povo, sempre pronta a defendê-lo. A defesa da sociedade vem sendo brilhantemente exercitada por um Ministério Público culto e vigilante. Sei que há gravíssimas deficiências no regime Penitenciário. Inteirei-me de suas falhas e determinei as providências para corrigí-las. O sistema é condenado desde a localização do prédio até o critério de provimento do cargo de Chefia. E' um problema sério que o Govêrno vai olhar com cuidado e se propõe resolver.

Quadro idêntico é o que oferece o da proteção aos menores delinquentes. O meu antecessor deixou encaminhada a solução do problema da menor abandonada ou socialmente desajustada. Estamos em entendimentos com a Irmandade das Filhas de Sant'Ana para entregar-lhes o cuidado e a educação emendativa dessas menores atingidas pela adversidade.

Quanto aos menores, estamos estudando com o Meretíssimo Juiz da Vara da Família, uma solução racional e humana para o problema.

ECONOMIA E FINANÇAS

Decerto, Senhores Deputados, Vossas Excelências, diante de minha exposição, farão uma pergunta: como o Executivo tenciona realizar o seu programa, se o Estado atravessa tremenda crise econômico-financeira?

A inquirição tem seu motivo de ser. O Amazonas está catalogado entre as regiões mais sub-desenvolvidas do mundo. Nós vivemos aqui no autêntico "ciclo vicioso da pobreza", de que falam os economistas.

Pobres porque temos baixo desenvolvimento cultural, sendo incultos produzimos pouco, produzindo pouco somos mal alimentados, mal alimentados ficamos doentes e sendo doentes permanecemos pobres.

Êste é o retrato fiel da rotina da vida amazonense.

Contra êsse *statu quo* foi que se levantou o primeiro Govêrno Trabalhista.

Estudada a conjuntura em seus variegados aspectos, o então Governador, Dr. PLÍNIO RAMOS COÊLHO, esquematizou um largo programa de ação e deu os primeiros passos para executá-lo.

Reestruturando e desenvolvendo a base cultural segundo está delineado no início desta Mensagem, o Govêrno partiu para o estímulo às atividades econômicas.

O Poder Público, que até então permanecia indiferente e apático às intrincadas questões de nossa economia, passou a ser parte atuante na defesa das atividades criadoras de riqueza.

Ora agindo como advogado responsável junto às autoridades da República, batalhando pela concessão de melhorias cambiais para os produtos de exportação, lutando por financiamentos para a indústria e o comércio, pedindo "praça" nos navios para as necessidades do Estado ou reivindicando melhor tratamento para os nossos produtos de consumo interno, ora agindo como agente de aglutinação de capitais para a formação de empresas necessárias ao nosso desenvolvimento, o Govêrno sempre esteve presente.

Com essa compreensão superior da missão do Governante e das obrigações do Estado para com seus súditos, o primeiro Govêrno Trabalhista abriu novos horizontes para a sócio-economia amazonense.

Como exemplo marcante dessa orientação, aí está o Banco do Estado do Amazonas, S.A., organização que em poucos meses grangeou um largo conceito em nosso Estado e fora de nossas fronteiras .

Seria ocioso, Senhor Presidente, tecer considerações sôbre a importância extraordinária que representou para nossa economia a criação dêsse estabelecimento de crédito.

Faça-se um exame do sistema bancário de nosso Estado e verifica-se de logo que, nos últimos quinze anos, apenas um novo estabelecimento aumentou o número dos existentes. Essas casas de crédito, filiais de entidades sediadas em outras praças, mantinham os seus negócios presos à rigidez das instruções recebidas de suas matrizes e a limites operacionais muito aquém das necessidades do giro dos negócios. Urgia a criação de uma Instituição local, dirigida por homens que conhecessem as peculiaridades das transações da região, para que o

crédito pudesse ser dinamizado, facilitado e aplicado de acôrdo com as nossas necessidades, alcançando operações não abrangidas pelos outros estabelecimentos.

Daí o êxito extraordinário que vem atingindo o Banco do Estado do Amazonas. Iniciado com o capital de Cr$ 20.000.000,00, o Banco Oficial do Estado, nos seus primeiros sete meses de atividades, distribuiu um dividendo de 12% e está aumentando o seu capital para oitenta milhões de cruzeiros (Cr$ 80.000.000,00). Com a integralização do novo capital e a constituição de fundos para financiamento da pequena agricultura, oriundos de recursos da SPVEA e do Govêrno Estadual, a instituição irá contribuir decisivamente para o desenvolvimento da nossa economia.

Intenção idêntica teve o Govêrno quando criou a PAPELAMAZON S.A. Possuindo uma das maiores reservas florestais do mundo e sendo o grande produtor de juta do Brasil, o Amazonas ainda não soube aproveitar o enorme manacial de riqueza em celulose que os espécimes vegetais nos oferecem.

Visando ao aproveitamento dêsse potencial imenso, até hoje inaproveitado, o Govêrno criou aquela sociedade, para a fabricação de papel e celulose. Combatida e incompreendida por muitos, essa organização poderá vir a ser o agente gerador de um novo impulso não apenas para o nosso Estado, porém capaz de transformar a fisionomia econômica da Amazônia. Aquêles que atacam a PAPELAMAZON S.A., ignoram que o Estado é o menor de seus três grandes acionistas. O capital majoritário pertence à SPVEA, com oitenta milhões de cruzeiros (Cr$ 80.000.000,00), e ao grupo paulista, com setenta e oito milhões de cruzeiros (Cr$ 78.000.000,00). O Estado detém ,apenas, cinquenta milhões de cruzeiros (Cr$ 50.000.000,00) de ações e o direito de escolher, em lista tríplice, apresentada pela Assembléia Geral, o seu Presidente.

Apesar da descrença de uns e da má vontade de outros, sou dos que acreditam no êxito dessa grande emprêsa. Já em meu Govêrno a sua Diretoria foi reestruturada e nomes capazes de conduzí-la assumiram a sua Direção. Resta, agora, um esfôrço conjugado do Govêrno, da SPVEA e demais interessados, para que, no porvir, a indústria de papel seja uma realidade, dando divisas ao Brasil e progresso ao Amazonas.

A par da assistência às sociedades de economia mista já existentes, o meu Govêrno irá dispensar todo o apôio possível à iniciativa privada, criando condições para o desenvolvimento das atividades atuais, e implantação de novas indústrias. E' fundamental para o Amazonas, atrair para a nossa terra a indústria de artefatos de borracha, de óleos vegetais e tecelagem de juta. Um amplo programa de divulgação de nossas possibilidades econômicas está sendo elaborado a fim de proporcionar aos interessados, do Sul do País e do Exterior, um conhecimento completo das oportunidades que o Amazonas oferece.

PROBLEMAS SOCIAIS E CULTURAIS

Com êsse importante objetivo o meu Govêrno está aparelhando um órgão especializado, o Departamento de Imprensa, Turismo e Propaganda que, enfeixando várias repartições afins, está destinado a suprir a deficiência no setôr da propaganda de nossos motivos, quer os de ordem econômica propriamente dita, como o da divulgação de nossas riquezas, provocando a atração de investimentos alienígenas; quer os atinentes aos nossos aspectos específicos, admiráveis e sedutores, como os relacionados com as atividades turísticas.

Para a consecução desta e de outras realizações, implicando estudos acurados, cercou-se o meu Govêrno de assessores competentes, escolhidos sem preocupação político-partidária entre reconhecidos valores de nossa terra, como o Dr. **OLAVO DAS NEVES**, para os assuntos de Educação e Saúde; Engenheiro Vilar Fiuza da Câmara, para os de Obras Públicas; e o Dr. **ASSIS PEIXOTO**, a cujo encargo estão os negócios de Administração e Assuntos Municipais.

Contando o meu Govêrno com uma pleiade de auxiliares dígnos e competentes, está aparelhado a bem cumprir a missão que lhe foi confiada pelo povo e em função da qual não regateará esforços no sentido da exercitação dos fatores basilares de sua grandeza, que jaziam adormecidos, por falta de quem lhes despertasse a movimentação tão necessária ao progresso e prosperidade de nossa terra.

Por outro lado, o Govêrno está estudando um plano de proteção à economia do guaraná, do pau-rosa, da sorva e do látex. No último quatriênio o Govêrno

conseguiu que as safras totais de guaraná, em bastão e sementes, fôssem vendidas em conjunto, melhorando a cotação do produto e evitando que a produção sofresse os grandes prejuizos que já lhe eram habituais com a falta de mercado para as sementes.

A indústria do látex vem de ser protegida com o recente decreto que baixei, atendendo o bem fundamentado memorial da Associação Comercial do Amazonas.

Cada dia que passa, mais se enraiza a minha convicção de que o Poder Público deve facilitar, de todos os meios e modos, o desenvolvimento da economia, para poder contar com ingressos sempre maiores para os cofres públicos.

Infelizmente, o País está vivendo uma tremenda crise econômico-financeira que ameaça abalar a estrutura social e política da Pátria. A inflação, desordenada e asfixiante, com tôda a série de mazelas que lhe são decorrentes, desorganiza os orçamentos domésticos, torna impossível a estimativa dos gastos públicos, torna insuportável o custo de vida e gera a inquietação popular.

No Amazonas, então, que recebe a exportação do surto inflacionário, as consequências são mais danosas. Com a sua economia baseada no fornecimento de matérias primas e, ainda não havendo alcançado o estágio industrial, única fase que dilui a inflação pela exportação do produto transformado, o nosso povo recebe tôda a carga de depreciação da moeda, do aumento das mercadorias inflacionadas e das medidas deflacionárias adotadas, como a retração do crédito, irradiada dos centros geradores do fenômeno.

E a verdade real, aterradora, é que a inflação está sangrando profundamente o Amazonas. O encarecimento do custo de vida é o repasto ótimo, dos vermes da intriga que se aproveitam da situação para lançar a culpa sôbre o Govêrno Estadual. As utilidades chegam a Manaus por preço exorbitante e os envenenadores do povo lançam a culpa no Governante. Ninguém diz que se trata de uma determinante da atual conjuntura Nacional.

Conheço o problema em suas minúcias e não admitirei que se atire contra o meu Govêrno uma imputação por fatos de que êle não é o responsável. Admitirei, no

entanto, a crítica sensata, honesta, baseada nos altos princípios da colaboração sincera em prol de um Amazonas melhor.

E' preciso olhar não apenas o Amazonas de hoje e sim, o Amazonas de amanhã, o Amazonas desta nova geração que abarrota os grupos escolares, invade os Ginásios, busca as Faculdades, numa ânsia incontida de aprender. Cada um de nós, Senhores Deputados, deve ser um patriota, com o pensamento voltado para o Amazonas e dar, no setor de atividades de cada um, o melhor de nosso esfôrço, objetivando entregar à juventude um Novo Amazonas, forte, rico, estuante de progresso.

Com os olhos fixos no desenvolvimento de nossa economia, o Govêrno está procedendo à reforma de seu sistema tributário de modo a identificá-lo com o dos demais Estados da Federação e ajustá-lo às necessidades do erário público sem sacrificar a massa contribuinte. O regime tributário anterior, singular no sistema do País, tinha características anti-econômicas, exigia um pesado dispêndio financeiro da limitada massa de contribuintes de direito e, em consequência das fraudes, não canalizava para os cofres públicos os ingressos necessários ao custeio dos serviços. Daí a adoção da Lei n.º 5, do corrente ano, que estabeleceu novo regime para o impôsto de vendas e consignações .

O novo diploma legal, a par de reduzir a alíquota incidente, de 10% para 9%, dicotomizou-a de modo que parte do impôsto recaisse sôbre o desembaraçado da mercadoria e a outra, incidisse sôbre a operação de venda. E' um regime intermediário e experimental para a implantação futura do sistema universal da incidência repetida.

Logo que essa Lei entrou em vigência, gerou-se uma certa inquietação entre as classes interessadas, menos, acredito, contra o regime implantado, porém, contra a sua sistemática. Sendo o desejo do Govêrno, apenas trabalhar em benefício do Amazonas, convidei as classes interessadas para uma reunião no Palácio "Rio Negro", a fim de debater as novas disposições e aplainar as suas arestas. Dêste encontro, que demonstrou os elevados propósitos dos homens da indústria, comércio e da produ-

ção, de colaborar com o Govêrno, ficou acertada a constituição de um grupo de estudos que terá a incumbência de oferecer as sugestões capazes de melhorar a Lei e que terei a honra de submeter à elevada consideração desta Augusta Assembléia.

O comportamento do novo sistema, apesar do curto prazo de seu lançamento e das dificuldades naturais de sua pronta implantação, é promissor. O alargamento do campo de incidência tributária divide socialmente o impôsto, tornando-o mais justo e financeiramente mais rentábil.

Em que pesem as dificuldades apontadas, no corrente ano foram pagos os vencimentos do pessoal dos meses de dezembro de 1 958 e janeiro último, estando sendo cumpridas as obrigações referentes a fevereiro. Foram saldados compromissos de "restos a pagar" de 1958 num valor de sessenta milhões de cruzeiros . . . . . (Cr$ 60.000.000,00), além dos pagamentos aos fornecedores, relativos ao corrente ano.

Uma severa política de restrição de gastos está sendo adotada, objetivando o equilíbrio orçamentário. Com a fé que tenho em Deus e a confiança que deposito na capacidade de trabalho e resistência do amazonense, espero terminar êste exercício com uma boa execução orçamentária.

Com a compressão dos dispêndios públicos, a inversão de recursos, apenas em empreendimentos imprescindíveis e de alcance social e que empreguem o trabalho da mão de obra local, será possível uma economia orçamentária e a diminuição do deficit. Ao mesmo tempo, o aparelhamento do sistema arrecadador e o policiamento eficiente da receita pública, canalizarão maiores rendas para o Tesouro e o Estado poderá cumprir os seus compromissos.

A conjuntura presente não oferece condições para otimismos exagerados. No entanto, o pessimismo é prejudicial ao desenvolvimento de nossa terra. Confiança e trabalho é que deve ser o nosso lema. Esqueçamos as inquietações sociais que agitam o Sul e o Nordeste e unamo-nos para trabalhar pelo Amazonas.

Esta é a disposição do meu Govêrno e é a orientação da bancada federal, liderada por êste homem público extraordinário, orgulho do Amazonas e do Senado, Senador **LEOPOLDO TAVARES DA CUNHA MELO.** O lider de meu Govêrno na Capital Federal, durante a sua última permanência entre nós, inteirou-se das reivindicações do Amazonas e irá defendê-las com a coragem e cultura que lhe são peculiares, perante as autoridades da República.

A atuação de nossa bancada no parlamento nacional será a luta pelo despertar da consciência nacional, especialmente das autoridades responsáveis, para os problemas do Amazonas. O Presidente da República precisa compreender que o Amazonas também é Brasil. Em tôdas as oportunidades, faremos sentir que as fronteiras nacionais não estão nas regiões lindeiras do Pará, porque, no extremo-norte, há um povo tão brasileiro ou mais brasileiro que o nordestino e o gaúcho. Queremos que o resto do País nos considere como irmãos e nos ajude a construir a grandeza do Brasil.

CONCLUSÃO

Senhores Deputados, aí está uma exposição fiel da situação de nosso Estado e dos propósitos do Govêrno neste quatriênio. Esquecí as lutas da campanha; não alimento ódios e nem guardo rancores, tenho noção plena de minhas responsabilidades e dos compromissos que assumi com a massa que me elegeu. De minha parte, tudo farei no sentido de realizar um bom Govêrno. Serei compreensivo com os bons e terei pulso de ferro para esmagar os inimigos do povo. O direito de Supremo Juiz me foi delegado pela consciência cívica da população e saberei exercitá-lo em tôda a sua plenitude.

Desejo apenas o apôio de Vossas Excelências, a cooperação dos homens da indústria, comércio e produção, a confiança do povo e a proteção de Deus. Contando com êsses fatores, pode o Amazonas ficar certo, trabalharei com alma e coração, para realizar um Govêrno à altura da pujança de nosso estremecido Amazonas.

Manaus, 15 de março de 1959.

Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo

Governador do Estado

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS
https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM